

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação
Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



UMA REFLEXÃO SOBRE O IDOSO NO BRASIL PARA O PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS A PARTIR DOS DADOS DO IPEA (1988-2010)¹

Dra. Simone Caldas Tavares Mafra

Profa. Associada do Departamento de Economia Doméstica da UFV. Tutora do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica, setmafra@ufv.br

Dra. Rebeca Wong

P. & S. Kempner Distinguished Professor in Health Disparities, The University of Texas Medical Branch (UTMB) Sealy Center on Aging, rwong@utmb.edu

Resumo: O crescimento da população de idosos no Brasil e os debates sobre este processo, tem demonstrado como o Brasil está pouco preparado para enfrentar tal mudança demográfica. A ausência deste preparo fica evidenciado quando se analisa as publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Considerando os dados do IPEA sobre aspectos sociais, econômicos e ambientais, o Brasil está longe de atingir a meta “Brasil 2000-2015” de desenvolvimento social. Quando se trata da questão “idoso” este aspecto aparece apenas em um, dos oito objetivos apresentados para o milênio, qual seja, “erradicar a extrema pobreza e a fome”, dando ênfase na manutenção e ampliação do “Benefício de Prestação Continuada” como uma perspectiva para atendimento da referida meta. Diante da ausência de metas direcionadas à população idosa, estes ficam vulneráveis ao risco social. Neste aspecto o IPEA tem uma responsabilidade grande, pois ele se propõe a subsidiar a estruturação de políticas públicas e sociais para a viabilização do desenvolvimento social. Neste estudo buscou-se, a partir da avaliação dos estudos editados pelo IPEA, cuja divulgação se faz através do periódico “Textos para Discussão”, identificar aqueles que tratam de políticas sociais ao idoso. Este estudo evidenciou que os textos apresentados e que advieram de pesquisas desenvolvidos pelo referido Instituto, divulgados no banco de dados do periódico “Textos para Discussão”, se colocaram pouco efetivos na discussão do envelhecimento populacional, em especial as políticas públicas que se propõem apoiar o desenvolvimento social, considerando em especial o estrato idoso.

Palavras-chave: Envelhecimento Populacional; Políticas Públicas e Envelhecimento; Idoso e família.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq, resultado de pós-doutoramento realizado no Sealy Center on Aging (UTMB).

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Universidade Federal de Viçosa

1. Introdução

O crescimento da população de idosos no Brasil e conseqüentemente os debates sobre este processo, tem demonstrado como o Brasil tem se preparado pouco para enfrentar tal crescimento se comparado a países pertencentes ao grupo dos desenvolvidos.

Tal aspecto, ausência do preparo para enfrentar o crescimento populacional do grupo de idosos e dos muito idoso, fica claro quando se observa os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O IPEA é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades são voltadas para estruturação de pesquisas e tem como objetivo criar suporte técnico às ações governamentais, no que se refere a estruturação e ou reformulação de políticas públicas e programas que objetivam o desenvolvimento do Brasil (SOBRE IPEA, 2010).

Além da atividade anteriormente mencionada, em 2004 o referido instituto assumiu a coordenação técnica do processo de elaboração dos “Relatórios Nacionais de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM” no que se refere as metas de desenvolvimento social, econômico e ambiental, considerando os 189 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU) (OBJETIVOS, 2010).

Considerando os dados do IPEA, no que se refere a meta assumida pelo Brasil no ano de 2000 para ser atingida até o ano de 2015, considerando os aspectos sociais, econômicos e ambientais, apresentados em três Relatórios Nacionais de Acompanhamento dos ODM (2004, 2005 e 2007), percebe-se que a questão “idoso” aparece em apenas um dos objetivos dos oito apresentados pelo Governo, que é o objetivo: “erradicar a extrema pobreza e a fome”. Neste ponto em especial é mencionado a manutenção e ampliação do “Benefício de Prestação Continuada – BPC”² vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (MINISTÉRIO, 2010).

As demais metas, universalizar a educação primária (objetivo 2); promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres (objetivo 3); reduzir a mortalidade na infância (objetivo 4); melhorar a saúde materna (objetivo 5); combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças (objetivo 6); garantir a sustentabilidade ambiental (objetivo 7); estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (objetivo 8), são importantes para garantir o crescimento do país em suas demandas sociais e garantir melhores indicadores sociais aos 189 países comprometidos com tais objetivos. Mas como mencionado não dão voz ao idoso.

No entanto fica a pergunta, onde está a população idosa, prevista não de forma transversal, mas como meta a ser atingida dentro do ODM, no que se refere a melhoria dos indicadores sociais? Se mencionarmos apenas um destes objetivos como exemplo, qual seja,

² O Benefício de Prestação Continuada e Assistência Social (BPC) é uma transferência mensal de um salário mínimo a pessoa com deficiência ou idosa (65 anos ou mais) que tenha, em ambos os casos, renda familiar per capita menor que 1/4 do salário mínimo. Desde 1996, o BPC vem substituindo progressivamente a Renda Mensal Vitalícia (RMV), criada em 1974 e concedida a pessoas idosas ou inválidas que apresentassem 12 meses de contribuição previdenciária. Esta série apresenta somente o número de transferências do BPC para idosos em dezembro de cada ano.

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho

III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia

VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



“universalizar a educação primária” veremos que tal meta está longe de atingir a população de idosos.

Para maior compreensão do porque tal meta não atingirá a população de idosos, ou seja que a política pública voltada para educação não está sendo tratada como um direito universal e sim a fases de desenvolvimento da vida, faz-se necessário colocar a descrição da referida meta para melhor entender o distanciamento desta, para a população de idosos:

“Meta 3: garantir que, até 2015, todas as crianças de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino. Meta 3A: garantir que, até 2015, todas as regiões do país, independentemente de cor, raça e sexo concluam o ensino fundamental. Indicadores das Nações Unidas: taxa líquida de matrícula no ensino primário (indicador 6); proporção de alunos que iniciam o primeiro ano e atingem o quinto (indicador 7); taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos. Indicadores Brasileiros: taxa de frequência escolar líquida das pessoas de 7 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino, segundo sexo e cor/raça – Brasil e grandes Regiões (indicador A); Taxa de frequência líquida das pessoas de 7 a 17 anos de idade, segundo os quintis de rendimento familiar mensal per capita (indicador B); proporção de pessoas de 11 e 12 anos que tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental e pessoas com 18 anos que concluíram este nível de ensino (indicador C); índice de adequação idade-anos de escolaridade da população de 9 a 16 anos – Brasil e grande Regiões (indicador D); taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos de idade, segundo sexo, cor/raça e situação do domicílio – Brasil e grandes Regiões (indicador E)”. (MINISTÉRIO: p. 52, 2010)

No entanto os dados de analfabetismo no Brasil são desalentadores como mostra o levantamento da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) de 2009. Estes dados mostram que o Brasil está em 11º lugar no ranking do analfabetismo da América do Sul. Segundo dados da UNESCO o país estaria na frente apenas do Peru (10.4%) e Guiana Francesa (13%). Os dados da PNAD (2009) mostram que 9.7% das pessoas com 15 anos ou mais não sabiam ler ou escrever (14,1 milhões de brasileiros). Isto sugere que, apesar de quase 100% das crianças estarem na escola isto não garante alfabetização completa. A taxa de analfabetismo funcional entre pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 20.3%, ou seja, essas pessoas não frequentaram a escola por mais de quatro anos (NO BRASIL, 2010).

Isto é mais desalentador para a população de idosos, visto que o analfabetismo brasileiro está concentrado na população mais velha e na opinião de especialistas os programas para alfabetização de jovens e adultos não estão contribuindo para reduzir o índice de analfabetismo deste grupo populacional. Estes especialistas mencionam que “programas de alfabetização para jovens e adultos têm impacto muito pequeno nessas estatísticas, não podem ser apontados como responsáveis pela queda do número de iletrados [...] Por essa razão extinguir o analfabetismo será uma tarefa da natureza, a ser realizada por meio do óbito das parcelas mais velhas da população” (NO BRASIL, 2010).

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Diante desta breve introdução sobre a ausência de metas previstas de forma direta para a população idosa, que se encontra em crescimento acelerado no Brasil, como ficará a vida destes indivíduos se não há previsão de política social, como por exemplo, um política educacional universal, não associada a faixas etárias, mas que trate a questão do analfabetismo da criança ao idoso como um risco social a que estes indivíduos estão expostos?

Sendo o IPEA um instituto voltado para estudos desta natureza, qual seja subsidiar a estruturação de políticas públicas e sociais que garantam o desenvolvimento social e conseqüentemente econômico do Brasil, buscou-se, a partir da avaliação dos estudos editados pelo IPEA, cuja divulgação se faz através do periódico “Textos para Discussão”, identificar aqueles que tratam de políticas sociais ao idoso.

2. Metodologia

Considerando que o IPEA é uma fundação pública cujas atividades se estruturam no desenvolvimento de pesquisa para garantir suporte técnico às ações governamentais para reformulação de políticas públicas, foi utilizado o banco de dados do IPEA, considerando os anos de 1988-2010, enfocando em especial os dados relacionados na produção deste instituto denominado “Texto para Discussão” (TD), informações sobre estudos que contribuíram no delineamento de políticas públicas para o estrato idoso. O referido banco de dados tem como objetivo principal “divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo IPEA, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões” (IPEA 46 ANOS, p.2, 2010; SOBRE IPEA, 2010).

Este banco de dados (Texto para Discussão), se colocou como de grande relevância para o estudo em questão, visto que ele congrega as diferentes pesquisas advindas das seis diretorias existentes no IPEA, dentre as quais cita-se: Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (DEINT), Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST), Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (DIMAC), Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR), Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura (DISET), Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC) (IPEA 46 ANOS).

Os dados organizados por estas diretorias e colocados para o acesso público através da publicação TD, evidenciam diagnósticos ou prognósticos acerca do desenvolvimento social e econômico do Brasil, etapas estas de grande importância para elucidação de políticas públicas existentes, entretanto, o mais importante é que, haja o planejamento destas, considerando em especial os *gaps* que os diferentes diagnósticos tem evidenciado sobre a sociedade brasileira.

Diante dos fatos apresentados e considerando as características do IPEA no que se refere a sua trajetória de 46 anos de experiência em pesquisa consolidadas no ano de 2010³, e

³ Para maiores informações sobre os 46 anos de história do IPEA consulte a publicação TD 1500 no referido endereço: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1500.pdf



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



o ano de 1988, como sendo considerado um marco no “contexto da redemocratização do país” com a promulgação da nova Constituição Federal, e sendo esta a que garante às políticas sociais maior legitimidade e penetração na agenda governamental, estruturou-se o interstício da pesquisa.

O referido estudo analisou as pesquisas apresentadas em “Texto para Discussão” no período de 1988 a 2010, considerando aquelas que se encontravam disponíveis para consulta no site do IPEA, visto que o referido link dispõe de artigos vinculados ao TD desde o ano de 1976.

Considerando os aspectos mencionados, foi verificado o banco de dados do TD no período mencionado, considerando seis temáticas identificadas como importantes para se discutir planejamento de políticas sociais ao idoso quais sejam: aumento progressivo do número de mulheres no mercado de trabalho; aumento do grau de dependência do idoso considerando o crescimento do grupo de idosos acima de 80 anos no mundo; a feminilização da velhice; a baixa renda familiar como definidor de institucionalização do idoso; ausência de serviços comunitários ou de políticas públicas voltadas para garantir a manutenção do idoso em casa; condições físicas e administrativas das instituições asilares.

De acordo com as temáticas definidas a partir da discussão mundial sobre a crise social do cuidado, e conseqüente risco social a que estes estão expostos, fez-se avaliação das pesquisas publicadas de 1988 a 2010 no TD, considerando o resumo apresentado para as mesmas, sendo identificados 70 artigos de divulgação de pesquisas de 1990 a 2010 que podem ser observados no Quadro 1.

QUADRO 1: Dados do IPEA de 1988-2010, relacionados por temática de estudo, considerando o aspecto Risco Social e idoso.

			Temática 1: O aumento progressivo do número de mulheres no Mercado de trabalho
Item	Ano	No.	Título
1	1990	209	A mulher conjuge no Mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar
2	1994	350	Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil
3	1995	366	Pobreza, estrutura familiar e trabalho
4	1996	400	A reestruturação produtiva nas empresas brasileiras e seu reflexo sobre a força de trabalho por gênero
5	1997	453	A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero
6	1998	595	Homens X mulheres: substitutos ou complementares no Mercado de trabalho?
7	2000	756	Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas
8	2001	796	Inserção no Mercado de trabalho: Diferenças por sexo e conseqüências sobre o bem-estar
			Temática 2: O aumento do grau de dependência do idoso considerando o crescimento do grupo de idosos acima de 80 anos no mundo
9	1994	345	Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia

VIII SIMPOPET

Simpósio do Programa de Educação
Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013

Auditório da Biblioteca Central



10	1999	621	Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos
11	1999	681	Como vai o idoso brasileiro?
12	2000	766	Distribuição especial da população brasileira: Mudanças na segunda metade deste século
13	2002	858	Envelhecimento da população brasileira: Uma contribuição demográfica
14	2002	878	Brazilian population ageing: differences in well-being by rural and urban areas
15	2004	1040	A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento
16	2009	1426	Perspectivas de crescimento para a população brasileira: Velhos e novos resultados
Temática 3: A feminilização da velhice			
17	1991	236	A esterelização feminina no Brasil
18	1993	310	Poverty among female-headed households in Brazil
19	1998	554	O recente desempenho das cidades no crescimento populacional urbano brasileiro
20	2002	867	Mulher e previdência social: O Brasil e o mundo
Temática 4: A baixa renda familiar optando pela institucionalização do idoso			
21	1992	274	O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida
22	1992	278	Poor and non-poor in the Brazilian labor market
23	1992	280	Mobilidade de renda no Brasil: 1981-1989
24	1993	288	Distribuição de renda no Brasil: Avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70
25	1993	299	The challenge of reforming social security in Latin America
26	1994	328	Searching for the determinants of the level of social welfare in Latin America
27	1994	330	Reforma da Previdência social: uma análise das propostas
28	1994	342	Fontes de Financiamento da Seguridade social brasileira
29	1995	377	Os determinantes da desigualdade no Brasil
30	1995	379	Impactos da seguridade social: alguns aspectos conceituais
31	1996	398	Poverty studies in Brazil – A review
32	1996	436	Reforma da previdência: modelos de opções
33	1996	439	Renda e pobreza: os impactos do plano real
34	1997	454	Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais
35	1997	460	Desigualdades regionais: indicadores socioeconômicos nos anos 90
36	1997	477	Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica
37	1997	508	Reforma da previdência
38	1997	516	Três modelos teóricos para a previdência social
39	1997	528	O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza
40	1998	553	On statistical mapping of poverty: social reality, concepts and measurement
41	1999	685	O acesso ao capital dos idosos brasileiros: Uma perspectiva do ciclo de vida
42	1999	686	Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil
43	1999	688	O idoso e a previdência rural no Brasil: A experiência recente da universalização

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia

VIII SIMPOPET

Simpósio do Programa de Educação
Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013

Auditório da Biblioteca Central



44	2000	767	Paradigmas de previdência social rural: Um panorama da experiência internacional
45	2001	830	O idoso brasileiro no Mercado de trabalho
46	2001	831	Previdência social e bem-estar no Brasil
47	2002	862	Population and social security in Brazil: An analysis with emphasis on constitutional changes
48	2002	871	Uma avaliação dos dados da PNAD com respeito a Previdência Social – População ativa e inativa
49	2002	929	Benefícios sociais e pobreza: Programas não contributivos da seguridade social brasileira
50	2002	934	Proteção social, aposentadorias, pensões e gênero no Brasil
51	2003	983	Tipologia socioeconômica das famílias das grandes regiões urbanas brasileiras e seu perfil de gastos
52	2003	992	Financiamento da previdência rural: situação atual e mudanças
53	2005	1067	Brazilian population and the social security system: reform alternatives
54	2005	1078	Uma análise da composição da renda da população urbana Segundo diferentes fontes com ênfase na renda previdenciária no período 1992-2002
55	2007	1264	Simulando o desempenho do sistema previdenciário e seus efeitos sobre a pobreza sob mudanças nas regras de pensão e aposentadoria
56	2007	1302	Comparativo internacional para a previdência social
57	2008	1318	Previdência social e distribuição regional da renda
58	2010	1460	Determinantes da queda da desigualdade de renda no Brasil
59	2010	1461	Como as famílias brasileiras avaliam a suficiência de seus rendimentos segundo a POF 2002-2003- Implicações para um índice de qualidade de vida
			Temática 5: Ausência de serviços comunitários ou de políticas públicas para o idoso manter-se em casa
60	1991	222	O processo de regulamentação da assistência social: avanços e retrocessos
61	1992	286	A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960
62	1994	346	Construção de uma matriz de contabilidade social para o Brasil
63	1994	358	Novos parâmetros para a reorganização da política social brasileira
64	1997	525	Investimentos em educação e desenvolvimento econômico
65	1999	639	O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico
66	2000	699	A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina
67	2002	886	Mudanças nas famílias brasileiras: A composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998
68	2006	1200	Idosos vítimas de maus-tratos domésticos: estudo exploratório das informações levantadas nos serviços de denúncia
69	2006	1248	Desafios e perspectivas da política social
			Temática 6: Condições físicas e administrativas das instituições asilares
70	2009	1371	Cuidados de longa duração para idosos: Um novo risco para os sistemas de seguridade social

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Universidade Federal de Viçosa

A partir dos dados apresentados no Quadro 1, e a reflexão que cada artigo buscou fazer, é que foram apresentados os dados do referido estudo.

3. Resultados e Discussão

A crise social do cuidado ao idoso, tem evidenciado nas diferentes pesquisas um risco social eminente ao idoso. Este aspecto também pode ser referendado e discutido pelo IPEA a partir de seu periódico “Texto para Discussão”.

O referido periódico contribuiu na discussão da temática “aumento progressivo do número de mulheres no mercado de trabalho” com publicações de 1990 a 2001 (ver Quadro 1). Tal temática é importante para discussão do risco social do idoso, visto que é sabido e esperado que nas relações de cuidado no âmbito da família, a mulher esteja à frente deste processo e em muitos casos transferindo a outra mulher tal responsabilidade, na impossibilidade de fazê-lo, considerando em especial a inserção no mercado de trabalho, e a situação de chefe de família, por consequência.

Neste aspecto a literatura tem evidenciado uma tendência de que as mulheres ocuparão cada vez mais a condição de chefes de família, aspecto este que poderá contribuir para redesenhar de forma definitiva a relação de cuidado no âmbito da família e conseqüentemente na casa. Tal fato pode ser reforçado pelos dados da PNAD (2009), onde se tem, 32% das mulheres da classe C e 25% da classe A e B, são chefes de família (MULHERES, 2010).

As pesquisas publicadas no período não abordam de forma direta a implicação da inserção da mulher no mercado de trabalho sobre o cotidiano do idoso, mas fala desta inserção como algo que reflete na reorganização familiar e sobre as conseqüências desta, sobre o bem-estar dos envolvidos. Nestas questões as pesquisas destacaram as seguintes discussões, considerando as principais conclusões apresentadas pelas mesmas:

-A participação da mulher no mercado de trabalho é determinado pelas mudanças na renda do marido;

-55% das mulheres conjuges, representaram a força de trabalho feminina nos anos de 1983 a 1988, dados estes que revelam a necessidade de construção de políticas compensatórias, como foi a criação de creches para atender a referida população;

-A participação feminina no mercado de trabalho é explicada pelos principais aspectos: mudança na demanda de mão de obra, variações no nível de renda e salários, taxa de desemprego bem como ciclo de vida do casamento e da família;

-As famílias mais pobres são aquelas que apresentam a maior taxa de participação da mulher no mercado de trabalho, associado ao fato de que possuem um baixo grau de escolaridade e um elevado número de filhos em idade pré-escolar, podendo com isso contribuir para o aumento da pobreza no âmbito destas famílias;

-54% da população brasileira em 1990, não possuíam nenhum tipo de rendimento. Acredita-se que a baixa renda per capita brasileira é dada pela baixa qualidade do emprego, tendo a baixa qualidade da força de trabalho maior influência nesta análise;

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Universidade Federal de Viçosa

-A renda do chefe tem uma grande influência quando se analisa o grau de pobreza no Brasil entre famílias com idêntica renda familiar por adulto. Com base no hiato de renda per capita, 16 a 20% podem ser explicados pela renda do chefe. Agora quando se mede proporção de pobres, 37 a 43% das diferenças podem ser explicadas pela renda do chefe;

-A produção industrial oscilou durante os anos de 1980 a 1990 no Brasil, interferindo para redução de postos de trabalho, que em 1992 estava próximo do ano de 1976. Com isso a participação da mulher se mantém pequena e a desigualdade salarial se intensifica entre homens e mulheres. Isso é reforçado pela ausência de qualificação, visto que as mulheres, em sua maior parte, se encontravam no setor informal da produção;

Como neste período a qualificação embora sendo exigida, ela era implementada pela empresa e não por instituições educacionais, a mulher acaba ficando a margem deste processo de qualificação visto não estar inserida no mercado. Com isso mais distante ela se coloca para se inserir em condições de igualdade no mercado de trabalho;

-Com relação a discriminação homem/mulher na inserção no mercado de trabalho, os estudos evidenciam, que se o mercado conceber homens e mulheres com o mesmo nível de capital humano como complementares na força de trabalho, aí sim haveria um processo discriminatório, afinal indivíduos idênticos estariam sendo tratados como não substitutos;

-Ao final os estudos ressaltam que a inserção da mulher no mercado de trabalho, considerando as análises realizadas, limitam-se a discutir o efeito desta inserção sobre o bem-estar familiar, considerando que o mesmo é explicado pela desigualdade de renda, jornada de trabalho desgastante (considerando o trabalho na economia formal e no âmbito da casa) e a estrutura organizacional que acaba gerando insatisfação desta mulher com o seu trabalho, visto ela se colocar como discriminatória.

Percebe-se que o fato da mulher se inserir no mercado de trabalho tem permitido a reconstrução de alguns conceitos do seu papel no âmbito familiar e na sociedade principalmente, no que se refere a questão da responsabilidade para com o cuidado seja da criança, ou do idoso dependente.

No caso da criança, com a transformação da educação infantil em um direito da criança, percebe-se que esta formação de 0 a 3 anos é muito mais do que a atividade de cuidado, mesmo que esteja sendo realizada na modalidade creche, visto que esta é uma etapa preparatória para os anos seguintes do ensino fundamental. Com esta abordagem começa a desconstruir a abordagem do cuidado da criança no âmbito da casa, e a frequência desta à educação infantil, não se faz em função da inserção da mulher no mercado de trabalho mas sim do direito da criança à educação.

Nesta questão podemos dizer que a crise do cuidado não se resolveu com políticas sociais eficientes, considerando a saída da mulher para o mercado de trabalho, mas sim com a desaceleração do ritmo de crescimento populacional, verificada desde a década de 1970, com a redução do número de nascimento.

Como colocado pela PNAD/IBGE (2009) a taxa de fecundidade em 2009 manteve 1.8 filho por mulher, bem abaixo do patamar de reposição que o IPEA estimava para a década, qual seja uma taxa média de crescimento de 0.9% ao ano. Segundo os dados do estudo, a taxa de fecundidade reduzida foi observada em todas as regiões do país, em todos os grupos



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Universidade Federal de Viçosa

sociais e nos variados níveis de escolaridade. Na Região Nordeste, quando comparada, a Região Sudeste por exemplo, caiu de 1.2 filho para 0.3 filho a diferença de fecundidade entre os anos de 1992 a 2009 (POPULAÇÃO, 2010). Ou seja, está acontecendo o que muitos pesquisadores estão afirmando sem suas pesquisas, sobrarão escolas e faltarão espaços de atendimento à população idosa. Acredita-se que tal fato esteja relacionado a políticas educacionais mais eficientes, mas sobretudo a redução do número de nascimentos. Mas ao contrário, espera-se que a população idosa cresça exponencialmente, mas sem o preparo devido da sociedade para vivenciar a mudança deste perfil demográfico. Nesta análise pode-se considerar as políticas sociais de apoio à família, ao cuidador, e principalmente ao indivíduo idoso, no que se refere ao envelhecimento com autonomia .

No entanto quando se analisa a questão do idoso na sociedade brasileira, percebe-se que a ausência de políticas sociais que busquem reduzir essa “responsabilidade” da família, colocando-a na perspectiva de apoio, e com a liberdade e oportunidade para escolher como realizar tal apoio, não existe, a exemplo pode-se mencionar a não existência de serviços comunitários de apoio a família para o efetivação deste cuidado. O que se observa é, na ausência da mulher para realização do cuidado, transfere-se a atividade para o “cuidador” normalmente remunerado pela família, podendo ser este no âmbito da casa ou em instituições públicas/privadas no âmbito das comunidades.

Dentro da questão do cuidado com o idoso é inegável o fato de que a participação da mulher no mercado de trabalho altera a estrutura familiar e tem impacto negativo na avaliação e provisão do cuidado informal. Esta conclusão é salientado na pesquisa de De Koker (2009) como pode ser observado abaixo:

Informal care giving is a matter of growing concern for both scientists and policy makers. On the one hand, the concern is raised by the changing age structure of European populations: increasing numbers of very old persons imply growing care needs. Since budget constraints limit the expansion of public services, these care needs cannot be supported by the state alone (Europeans Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2004). On the other hand, it is expected that social changes such as the growing labor force participation of women and altering family structures, will have a negative impact on the availability and willingness of family members, neighbors and friends to provide informal care [...]. (DE KOKER, 2009, p.3)

Por isso acredita-se que por mais que as pesquisas do IPEA não tenham falado diretamente sobre a influência da inserção da mulher no mercado de trabalho como um dificultador na relação de cuidado para com o idoso, acredita-se que esta variável continua importante de ser analisada para redefinição de políticas sociais para o idoso, em especial pelo fato de que no Brasil está crescendo a cada ano o número de mulheres como chefe de família - 32% na classe C e 25% nas classes A e B (Mulheres, 2010)- ou seja não só inseridas no mercado, mas com a responsabilidade do sustento familiar.

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Universidade Federal de Viçosa

Os estudos tem evidenciado que faz-se necessário prevenir a dependência do idoso, seja para o cuidado no âmbito da casa quanto em instituições, pois faz-se necessário prolongar os anos de independência destes. Neste aspecto as políticas sociais precisam investir. Pesquisa realizada por Hansen et al. (2009) com idosos entre 67-77 anos demandantes de cuidado para desenvolvimento de Atividades da Vida Diária (AVD ou ADL) teve um efeito negativo sobre o homem idoso, visto que o apoio recebido prematuramente acaba gerando incapacidade de agir, ou seja ausência de autonomia e independência para definir. Esta situação não é tão recorrente na mulher no referido período de idade visto que ela se mantém mais autônoma nesta faixa etária e em muitos casos atua como cuidadora (HANSEN et al, 2009).

Quanto a questão da autonomia e sua ampliação Ballesteros et al. (2009) mencionaram que a sociedade civil precisa se modificar no que se refere a aceitação do indivíduo idoso na vida cotidiana, e no âmbito do conhecimento científico precisa-se: promover a competência física e cognitiva, principalmente entre as idades de 60-80 anos. Tem-se verificado nesta questão uma certa plasticidade no funcionamento cognitivo, embora não seja passível de generalização, a exceção foi para os testes aeróbicos que revelaram uma melhora no funcionamento/performance do cérebro, incluindo mudança no ambiente de trabalho. Promover a saúde mental e autonomia funcional no envelhecimento, conseguida a partir de terapias psicológicas e outros métodos que busquem reduzir questões comuns no envelhecimento -depressão, ansiedade, estresse-, podem contribuir para o surgimento da dependência precoce. Além destes aspectos, necessita-se de mais pesquisas sobre família e idosos que busquem evidenciar a importância da esposa e dos filhos como suporte e fonte de apoio ao idoso; assim como aquelas relacionadas às questões éticas e de diversidade cultural, bem como as que abordem as disparidades no uso e acesso a serviços, considerando o idoso (BALLESTEROS, et al, 2009).

No entanto os referidos autores mencionam que precisa-se de pesquisas que ampliem a qualidade de vida do idoso, principalmente de cunho interdisciplinar, como exemplo citam, pesquisas que envolvam ferramentas da neurociência no contexto da vida real ou cotidiana do idoso. Talvez seja necessário mais conhecimento sobre qual tipo de intervenção é ideal e em que momento da vida deverá acontecer para garantir de forma efetiva, igualdade de vida cotidiana para todos os segmentos populacionais. Por fim, mencionam a importância de formar mais pesquisadores e profissionais para trabalhar com o idoso (BALLESTEROS, et al, 2009).

Esses são os desafios diante das modificações na estrutura familiar e na sociedade. No caso do Brasil em especial, estes desafios são maiores visto que o idoso brasileiro espera que todo o cuidado necessário no momento da velhice virá mais da família do que do Estado. Com isso espera-se que as políticas sociais estejam sendo trabalhadas para subsidiar as famílias para o cuidado, assim como a comunidade e os seus serviços, se aperfeiçoando e especializando no aporte ao idoso e sua família.

No que se refere a temática 2 “o aumento do grau de dependência do idoso considerando o crescimento do grupo de idosos acima de 80 anos no mundo”, as pesquisas apresentadas pelo IPEA, no período de 1994 a 2009 (total de 8 estudos ver Quadro 1), e considerando a possibilidade destes subsidiar o planejamento de políticas sociais para o idoso

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Audatório da Biblioteca Central



no Brasil, foram identificados os seguintes argumentos nos resultados das pesquisas divulgadas:

-Todas as projeções de crescimento populacional apontam para uma desaceleração no número de nascimentos e para um processo acelerado de envelhecimento, inclusive do segmento com 80 anos ou mais de idade. Fato este que pode variar em função da assumida queda da fecundidade. Por isso a constante atualização dos dados populacionais se faz necessária visto serem fundamentais para dimensionar demandas de serviços públicos e privados;

-Considerando o modelo social de deficiência, onde se apresenta a deficiência como resultado da combinação de limitações impostas pelo corpo a uma organização social pouco sensível à diversidade corporal, o idoso passa ser o principal grupo de deficientes, visto que em 2009 este equivalia a 14.3% de uma população de 202.400.000 pessoas, considerando a faixa etária de 60 anos ou mais. Este dado é essencial para o desenho de políticas sociais.

As limitações do corpo, típica entre os idosos, pode resultar na experiência de grandes deficiências caso estes vivam em uma sociedade que se organiza de maneira hostil às pessoas com essas limitações. A ideia de que a experiência da deficiência faz ou fará parte da vida de uma grande quantidade de pessoas torna-a um tema em pauta não mais limitado aos movimentos de deficientes, mas de todos os movimentos sociais.

-O nível de pobreza creceu entre a população de 25 a 59 anos. Isso fez com que os filhos adultos passassem a condição de dependentes de seus pais e a composição das famílias com idosos se modificou para se tornar mais complexa do que o esperado “ninho vazio”;

-O status do idoso dentro da família saiu de dependente para o de provedor. Três fatores influenciaram esta mudança: a expansão da cobertura da seguridade social, das políticas de saúde e os avanços na tecnologia médica.

A expansão da cobertura da seguridade social trouxe efeitos que não podem ser negligenciados na avaliação das políticas públicas, pois são 13 milhões de famílias beneficiadas, o que contribuiu para reduzir a pobreza no Brasil.

Considerando a questão da saúde, o idoso brasileiro teve sua expectativa de vida aumentada, reduziu o grau de deficiência física ou mental, passou a chefiar suas famílias e a viver menos na casa de parentes. Seu rendimento médio ficou mais elevado o que gerou redução no grau de pobreza e indigência. Sendo assim, onde está a dependência? Está na necessidade da continuidade da manutenção da renda por parte do Estado para as famílias que dependem da renda do idoso. Em 1998 quando apenas 8% da população brasileira era idosa, 26% das famílias tinham pelo menos um idoso na sua composição realizando a função de provedor.

Por outro lado os estudos tem destacado nesta temática que, por maior que seja o crescimento da população idosa e que isto gere aumento nos custos da previdência social e da saúde, espera-se que os estudos demográficos, advindos da ciência social, se pautem por estudar alternativas para que os idosos, bem como outros grupos populacionais, vivam bem visto que a demografia deve ir além de contar pessoas, mas fazer com que elas contem.

-Em 1996 46% dos idosos brasileiros moravam na Região Sudeste, além de se concentrarem nas áreas urbanas, fato este observado principalmente às mulheres.

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Considerando os estudos dos últimos 50 anos sobre êxodo rural, envelhecimento e masculinização do campo no Brasil, percebeu-se que o fluxo de mulheres de origem rural, com exceção dos anos de 1960, foi maior. Consequência deste fato foi o aumento da masculinização do meio rural brasileiro e uma redução desta razão nas áreas urbanas. Porque isto aconteceu? Algumas ideias:

a) "O meio rural tem sido considerado um lugar menos propício para as moças do que para rapazes";

b) A falta de se definir/discutir o que se entende por "meio rural" e melhorar as comparações internacionais neste sentido para entender não só as definições, mas sobretudo as situações sociais do rural e urbano. No Brasil por exemplo, é da agricultura que depende fundamentalmente a população rural, nos Estados Unidos apenas 10% dos trabalhadores rurais são agricultores e na França apenas 13% dos que vivem em comunidades com menos de 2.000 habitantes são considerados agricultores. No Brasil 22% da população vive no campo, nos Estados Unidos são 24% e na França 27%. Por fim,

c) Êxodo rural está diretamente associado a acesso aos serviços básicos e cidadania (para ampliar as chances de realizar projetos de vida). Exemplo é a educação, visto que a educação no meio rural no Brasil é a pior da América Latina.

-A mudança no padrão demográfico, até que a população seja constituída integralmente por gerações nascidas após a queda da fecundidade, trará atenuação de problemas associados ao atendimento de necessidades da população jovem principalmente no atendimento pré-escolar e na educação, e demorará para serem evidenciados os problemas associados à população idosa (aposentadoria e saúde, por exemplo). Além de problemas para a população em idade ativa.

Considerando a temática idoso e dependência, as pesquisas do IPEA mostraram exatamente o contrário, considerando os dados de 1994 a 2009, onde a dependência da família da renda do idoso passou a ser cada vez maior, considerando em especial a universalização da seguridade social.

Este idoso a partir do momento que passa a ter uma renda fixa - incluindo as mulheres que estiveram ausentes do mercado de trabalho - passa a ser chefe de família, ou em muitos casos, ser a principal renda desta família. Neste sentido amplia o número de famílias com idosos em sua composição, mas tal fato não sugere ampliação das possibilidades do cuidado, visto que este é um espaço para compartilhamento de recursos. De forma recorrente é um espaço de vulnerabilidades. A família está vulnerável, falta-lhe recurso, educação, capacitação para o cuidado do seu idoso, principalmente se considerarmos o perfil do envelhecimento que está dado na "feminização da velhice" (CAMARANO, et al, 2004).

Sabe-se que as famílias depositam na mulher a responsabilidade para com o cuidado, no entanto esta tem adotado a responsabilidade de chefiar a família, ao assumir o mercado de trabalho, e com isso está fragilizando esta rede social de apoio denominada família. Existem estudos que evidenciam que famílias que possuem a mulher como chefe, os demais membros possuem um menor grau de educação e este fato sugere, menor acesso ao mercado de trabalho, alimentando com isso o ciclo vicioso de, menor índice de bem-estar social e

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Audatório da Biblioteca Central



Universidade Federal de Viçosa

qualidade de vida, onde o futuro idoso estará sujeito a todas as consequências negativas que este perfil trás.

Por isso acredita-se que muito pior do que falar das relações de dependência que os idosos “muito idosos” tem ou terão, é verificar que o perfil futuro dessa relação família/cuidado/idoso, não está sendo bem estruturado, visto não haver políticas sociais de suporte a esta rede de relação bem como ao idoso, considerando a necessidade de garantir ao mesmo envelhecer com autonomia, aspecto este mais importante do que contabilizar o aumento do número de idosos acima de 80 anos.

Na perspectiva de discussão da temática 3 “a feminilização da velhice” as pesquisas do IPEA não trazem dados direcionados para tal aspecto, considerando aquelas que perpassam a análise nos anos de 1991 a 2002. Dentro do que foi apresentado pode-se mencionar as principais conclusões:

-Em relação a previdência social no Brasil esta tem um perfil masculino, isso pode ser consequência da predominância masculina no mercado de trabalho em termos de quantidade, qualidade das posições e remuneração. Consequentemente a aposentadoria feminina é inferior à masculina;

-Que as regiões metropolitanas estão passando por um dinamismo populacional desde 1996, fenômeno este explicado pela periferização das metrópoles nacionais, e que estão recebendo em grande proporção mulheres, considerando uma maior frequência destas no mercado de trabalho e como chefes de família;

-A pobreza no país é mais explicada e tem mais consequências sobre as crianças onde a mulher está na situação de chefe da família, dados este apresentado pelo estudo *Female headed households*, visto que: a) estão fora da escola; b) precisam ingressar na força de trabalho e esta inserção gera dificuldades e conflitos entre trabalho e estudo;

-E por fim, a redução do número de filhos foi mais influenciada pelo processo de parturição (levando a anticoncepção e esterilização) do que a renda e a educação.

É fato que os dados destas pesquisas podem sugerir que as mudanças sociais ocorridas tenham interferido no aumento da expectativa de vida da mulher, visto que o acesso a renda (com a entrada no mercado de trabalho e acesso a aposentadoria) e a redução do número de filhos sempre foram colocados como fatores de risco a diferentes oportunidades para esta mulher.

No entanto faz-se necessário identificar aspectos deste processo de feminilização da velhice, não destacados nos estudos do IPEA no período analisado, para que dados sejam conhecidos e possibilitem o desenho de políticas sociais mais adequadas a este extrato social denominado idoso.

Considerando estudos realizados na Suíça com 6.830 mulheres de 70-103 anos para verificar a influência de fatores socioeconômicos no status de saúde destas, chegou-se as seguintes conclusões: educação inadequada e a não participação no mercado de trabalho, associado com ausência de redes sociais de suporte e status conjugal, contribuem para decrescer a saúde das mulheres durante o processo de envelhecimento (ROSTAD, et al, 2009).

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Universidade Federal de Viçosa

Diante do estudo acima mencionado, e considerando a realidade da mulher brasileira que até a década de 1970 esteve ausente do mercado de trabalho e colocadas em segundo plano no que se refere ao acesso a educação, pode-se inferir que com o aumento do número de mulheres idosas no país - mulheres essas inclusive na faixa etária de 80 anos ou mais - que o quadro de dependência de cuidados esteja acentuado para esta categoria e quem está com esta responsabilidade na família? Muitos estudos colocam que no caso da mulher idosa é mais comum ela ser absorvida no âmbito familiar para receber o cuidado, mas que a alteração nos arranjos domiciliares tem levado a procura de ILPIs e estas por sua vez estão em situação administrativa e de recurso, muitas das vezes, não adequadas para oferecer qualidade de vida ou mesmo de manter a qualidade de vida existente para este idoso. Neste ponto, volta a necessidade de se conhecer mais esta variável dentro do perfil de envelhecimento no Brasil (feminilização da velhice) para se estruturar políticas eficientes para esta população.

Dentro da questão institucionalização do idoso, sua discussão está mais associada a ausência de renda familiar para efetivação do cuidado junto ao idoso. Por este fato, buscou-se nos dados do IPEA entender como a “baixa renda familiar e a opção pela institucionalização do idoso”, se associam, ficando tal discussão alocada na temática 4 deste estudo. Tal discussão permitiu identificar o risco social a que o idoso possa estar submetido. Nesta temática foram identificados 37 artigos no período de 1992 a 2010 (ver Quadro 1). Muitos destes explicando a situação da renda das famílias brasileiras, dados estes que podem permitir inferir acerca da relação família/idoso, no que tange a decisão da institucionalização, não havendo no período analisado, nenhum trabalho desenvolvido sob esta perspectiva de análise trazida pela temática 4. O IPEA nos anos de 2006 e 2008 realizou a publicação de livros que buscaram fazer a caracterização das ILPIs nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, coordenado pela pesquisadora Ana Amélia Camarano.

Diante dos trabalhos publicados no período analisado, as principais conclusões que eles apresentaram foram:

- Variáveis demográficas e sociais como idade, educação, cor, gênero e religião, tem um efeito significativo na percepção de renda e disponibilidade de poupança, por isso importante se faz saber os efeitos da renda relativa e renda absoluta sobre os indicadores subjetivos de Qualidade de Vida que são habitação, saúde, meio ambiente e segurança;

- Melhoria na distribuição de renda derivada do trabalho (60%) e da renda não derivada do trabalho (40%) foram os principais fatores para redução da pobreza, e em se tratando dos mais pobres a segunda fonte teve maior importância;

- A previdência social no Brasil foi considerada instrumento de distribuição regional de renda, no entanto não consegue aumentar a produtividade e a capacidade de geração de renda das economias locais;

- O Brasil gasta muito com o plano previdenciário por causa de sua estrutura demográfica (razão de dependência demográfica) e desenho do plano previdenciário (percentual de renda média, alíquotas de contribuição, idades mínimas exigidas para aposentadoria programada), além de regras pouco restritivas para concessão de aposentadorias programadas. Vários países da Europa, América e Ásia possuem limite

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Universidade Federal de Viçosa

mínimo de idade e a maioria não diferencia a condição de acesso por sexo nem categoria econômica.

No entanto o fato da previdência ser uma forma de reduzir a pobreza no Brasil, não significa que esteja atuando sobre os mais pobres, visto que os recursos da previdência não fluem entre as gerações de modo a equilibrar a pobreza de uma para outra.

-A previdência rural precisa de receita própria de contribuições sociais, não pode continuar sendo financiada pelo trabalhador urbano. Essa receita poderia advir do lucro, movimentação financeira e o faturamento das pessoas físicas e jurídicas do setor rural e do chamado *agribusiness*, diferentemente do que é efetivado hoje que é o valor primário da produção agropecuária. Segundo os estudos 20% dos recursos provenientes da contribuição sobre o lucro líquido, confins e CPFIM seria suficiente para a liquidação do chamado déficit da previdência rural;

-O papel da seguridade social rural foi mais para colaborar na mitigação da pobreza, considerando em especial a mulher, garantindo recurso ao idoso e conseqüentemente sua família, o que já era uma definição constitucional;

-A contribuição para a previdência no Brasil poderia estar na casa dos 15%, mesmo quando se pretende garantir salários integrais após aposentadoria. Porém é necessário corrigir distorções, tais como aposentadoria por tempo de serviço e a presença de programas de assistência social no caixa da previdência;

-Previdência Rural na América Latina foi construída dentro do modelo assistencialista. O Brasil apresenta um desenho muito peculiar à experiência internacional, uma vez que o regime previdenciário urbano é contributivo e na área rural é de aposentadoria básica universal não contributiva, o benefício é de valor único (salário mínimo).

Neste ponto a família do idoso beneficiário da previdência rural está de forma similar a outras, tendo acesso ao Programa de Garantia de Renda Mínima, quando se analisa o orçamento familiar. Entretanto no mundo, de forma geral, acredita-se que o peso da renda dos idosos nos orçamentos domiciliares deve-se intensificar, devido à estagnação dos mercados rurais de trabalho e o processo de envelhecimento populacional.

No caso do Brasil, em destaque estão as Regiões Sul e Nordeste, quando se analisa a previdência rural visto que os impactos socioeconômicos deste programa são grandes nas referidas Regiões. No Sul a renda familiar está em média 16% acima da renda familiar de famílias sem acesso ao benefício e no Nordeste 35% superior. Entretanto esses benefícios impactam as contas da previdência e da seguridade e geram um déficit em mais da metade do valor de suas receitas, colocando o financiamento deste benefício em uma questão não equacionada.

-A renda de inativos rurais no Nordeste representa algo entre um terço e metade do fluxo total de rendimentos familiares no meio rural;

-Dados de 1994 evidenciam uma migração dos benefícios e beneficiários nos espaços rural e microurbano. Esses dados apoiam indiretamente a hipótese da migração limitada entre os espaços rural e microurbano às sedes de pequenos municípios, onde certamente os idosos contarão com suporte de serviços mais adequados à sua condição social.

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Audatório da Biblioteca Central



Universidade Federal de Viçosa

Com relação a renda das famílias em especial a dos idosos, os estudos do IPEA concluíram que:

-A renda da população brasileira historicamente tem-se baseado em alternativas para manutenção do poder aquisitivo. No passado investia-se em imóveis por exemplo, recentemente os fundos de pensão tem sido a alternativa principalmente na renda dos idosos. Hoje a ênfase de garantia de renda é dada na previdência e a acumulação com o trabalho e/ou previdência complementar para equalizar a renda ao longo do ciclo de vida;

-Entre 1978 e 1998 a participação do idoso no mercado sofreu poucas variações. No entanto a participação do idoso no mercado de trabalho no Brasil é alta, considerando os padrões internacionais. A renda do trabalho dos aposentados tem um peso significativo na renda familiar. Em 1998 metade dos idosos do sexo masculino e 1/3 do sexo feminino estavam no mercado de trabalho, mesmo depois de aposentados;

-A renda familiar cresceu com a idade até cerca de 60 anos, declinando a partir de então de forma gradativa;

-Na falta de renda própria, o grau de pobreza dos idosos e daqueles vivendo em famílias com idosos seria três vezes superior (72%). E no caso dos não-idosos a pobreza deste grupo seria dois pontos percentuais maior, caso os idosos constituíssem domicílios separados. Nesse sentido acredita-se que o sistema previdenciário existente, somado à capacidade própria de poupança da população, tem sido capaz de resolver, de forma satisfatória a pobreza entre os mais idosos no país, se comparada à capacidade da política social brasileira em resolver a questão da pobreza nos demais segmentos;

-Os chefes de domicílio idosos possuem maior taxa de acesso a casa própria quitada, isto não evidencia que compraram sua casa a fim de prover fundos para financiar sua aposentadoria. Isto se deve ao fato provavelmente de que, o capital humano é mais cumulativo nas etapas iniciais e intermediárias do ciclo da vida para garantir maior bem-estar no final do ciclo de vida;

-A escolaridade é importante para entender a distribuição de renda entre gerações. Os mais idosos apresentam não só menor nível educacional como também menor taxa de expansão em relação às gerações mais novas;

-O Brasil tem um alto grau de desigualdade, talvez por isso o crescimento econômico é menos necessário para redução na pobreza. Por exemplo, na década de 1990 houve uma redistribuição relativa de Estados e Regiões na produção de riqueza nacional, perdendo o Sudeste aos poucos essa representação. Mas o PIB (Produto Interno Bruto) per capita entre os Estados não evoluiu, dando destaques as desigualdades. Por isso políticas sociais regionais tornam-se indispensáveis para corrigir os desequilíbrios.

Na década de 1989 as disparidades regionais entre as classes médias se acentuam visto que nas Regiões mais pobres houve uma queda substancial na renda destas famílias. A criação do Plano Real, na década seguinte, gera um aumento da renda mensal que gera o impulsionamento do consumo popular de alimentos, eletroeletrônicos e material de construção, alterando o perfil de consumo e garantindo melhoria de condições de vida dos considerados mais pobres.

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Resolver estas desigualdades no Brasil, demandaria eliminar os problemas educacionais pois são eles que a décadas constróem este perfil e basicamente é explicada pela composição da força de trabalho ineficiente ou pouco preparada desde a década de 1960. Existem dados para explicar tal situação quando as pesquisas mostram que, no Nordeste por exemplo, um ano extra de estudo para o pai e a mãe leva a uma elevação da educação da criança em 0.52 ano de estudo, ao passo que em São Paulo, um ano de educação extra para o pai e a mãe leva a um acréscimo de 0.40 ano de estudo.

No entanto as pesquisas também tem evidenciado, como a que definiu os anos de 1981 a 1989 como a “década perdida” em função do comportamento equivocada da economia brasileira, que existem outras variáveis para se discutir pobreza e desigualdade social, além de renda e educação, destacando o acesso a serviços públicos essenciais como indicadores de melhoria nas condições de vida da população.

Considerando o idoso em particular, este dado é de grande importância pois o não acesso a serviços públicos essenciais para manutenção e ampliação de sua autonomia, tem deixado este a mercê das decisões familiares quanto a forma de realização do cuidado, e neste caso específico podendo levar a institucionalização prematura.

Com relação a institucionalização a pesquisa realizada nos anos de 2006 a 2008 por Ana Amélia Camarano, que originou o livro editado e publicado pelo IPEA, considerando as “Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos” nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, pode-se mencionar as principais conclusões:

Na Região Norte (CAMARANO, et al, 2007):

-Residir em ILPIs não é prática comum na sociedade brasileira, sendo ainda menor na Região Norte;

-A proporção de idosos vivendo em ILPIs foi de 0.3% ou seja 2.000 idosos. No entanto segundo a PNAD (2003) existem 90.000 idosos com dificuldades para as atividades mais básicas da vida diária na Região Norte, significando que [...]“88 mil idosos estavam sendo cuidados (ou descuidados) pelas famílias”[...];

-Baixa oferta de serviços, altos custos, preconceitos e estereótipos aliados ao fato de os idosos preferirem o cuidado de suas famílias são alguns dos fatores que explicam o baixo número de idosos residindo em ILPIs e explica o número acentuado de idosos “abandonados” em hospitais da rede pública. Estes dados podem se acentuar se levar em consideração o envelhecimento populacional e do próprio segmento idoso, além das mudanças nos arranjos familiares;

- Foram identificadas 49 instituições na Região Norte.

Na Região Nordeste (CAMARANO, et al, 2008):

-No Nordeste evidenciou-se 8.386 pessoas residindo em ILPIs com 60 anos ou mais equivalendo a 0.2%;

-Os dados da PNAD (2003) identificaram que na Região existiam 697.000 idosos com dificuldades para as atividades mais básicas da vida diária, ou seja no mínimo, 688.000 idosos estavam sendo cuidados ou “descuidados” pela família;

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



Universidade Federal de Viçosa

-Existia um grande número de idosos residentes nas ILPIs que estavam na condição de independentes, e isto leva a concluir que as famílias estavam se responsabilizando por um número alto de idosos dependentes, dado este que pode explicar os elementos propiciadores da violência familiar;

-Foram identificadas 302 instituições, 30.8% no Estado de Pernambuco e 27.2% no Estado da Bahia.

Na Região Centro-Oeste (CAMARANO, et al, 2008):

-No Centro-Oeste evidenciou-se 5,6 mil pessoas residindo em ILPIs, equivalendo a 0.7%;

-Os dados da PNAD (2003) identificaram 145 mil idosos com dificuldades para atividades mais básicas da vida diária, sugerindo que 139 mil idosos estavam sendo cuidados ou “descuidados” pelas famílias, como menciona a pesquisa;

-Foram identificadas 249 instituições na referida Região.

Na Região Sul (CAMARANO et al, 2008):

-No Sul evidenciou-se 19.023 idosos residindo em ILPIs, conventos, presídios, hotéis e hospitais. Destes 15.422 residiam em ILPIs e estavam com 60 anos ou mais de idade. No entanto este número pode estar subestimado, visto que 30 instituições não responderam à pesquisa. Caso todas tivessem respondido, o número de residentes estaria próximo de 16,2 mil ou seja 0.7% da população idosa;

-Os dados da PNAD (2003) mencionam que a Região Sul possui aproximadamente 358 mil idosos com dificuldades para as atividades mais básicas da vida diária, se 16,2 mil residem em ILPIs como mostrou a pesquisa, 342 mil idosos estavam sendo cuidados ou “descuidados” pelas famílias;

-Foram identificadas 693 instituições na referida Região.

Como pode se observar nas discussões apresentadas pelas pesquisas realizadas e divulgadas pelo IPEA, pouco se falou de forma direta sobre a questão renda e a relação desta com a institucionalização dos idosos. Em função desta ausência de dados inferências são feitas para realizar análises sobre tal aspecto, evidenciando a necessidade de se conhecer melhor tais dados no Brasil, para o delineamento de políticas sociais de apoio ao idoso e sua família.

Não se pode negar que dados relativos à renda, inserção da mulher no mercado de trabalho, aumento do número dos muito idosos, e situação das IPLIs no país ajudam nesta discussão, mas não são suficientes para apresentar dados precisos sobre a relação renda/institucionalização do idoso. Neste sentido acredita-se necessário diagnosticar qual variável é mais relevante para o processo de institucionalização, visto que a renda pode ser um aspecto paralelo ou secundário para que esta ocorra.

Com relação a temática 5 deste estudo, qual seja, “ausência de serviços comunitários ou de políticas públicas para o idoso manter-se por mais tempo em casa”, ressaltando em especial o aspecto da autonomia nesta discussão, verificou-se que pouco foi discutido pelo

Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?



**VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET**

Simpósio do Programa de Educação
Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central



IPEA considerando o período pesquisado (1988-2010). Na temática 5 encontrou-se estudos entre os anos de 1991 a 2006 (ver Quadro 1), que perpassam a discussão, como exemplo pode-se citar a política de assistência social no Brasil, assim como de forma geral menciona o *status quo* das políticas públicas no país. As principais conclusões destes estudos podem ser observadas abaixo:

- As políticas econômicas estruturadas no país não podem estar dissociadas das políticas sociais, e vice-versa, quando se deseja melhoria das condições de vida dos indivíduos. Como exemplo coloca-se a baixa taxa de escolaridade dos jovens brasileiros, fato este motivado pela ausência de interlocução entre as políticas educacionais/econômicas. Há de se dizer que, a inconsistência de políticas econômicas elas são mais custosas do que os gastos sociais, no entanto é necessário estabelecer fontes seguras para financiar as políticas sociais, garantindo-lhes autonomia de decisões;

- Deve-se intensificar esforços no sentido de elevar a qualidade dos bens e serviços, para que estes possam incidir de forma positiva nas condições de vida dos indivíduos;

- Necessidade de criação de serviços e programas para suporte à família no cuidado com os idosos, disponibilizando instituições intermediadoras para este cuidado, como exemplo, Centros-dia;

- Importante conhecer a família e principalmente os arranjos familiares para desenhar políticas sociais pois: a) as relações entre membros familiares podem ter implicações positivas e negativas nas decisões cotidianas em sociedade; b) as características das famílias podem ser usadas como critérios de focalização; c) as famílias podem ser usadas para conceber, executar ou controlar programas; d) a organização familiar pode afetar considerando o direcionamento dos objetivos das políticas sociais.

Quanto a este aspecto - conhecimento sobre a família - importante destacar as configurações dos arranjos familiares que no que se refere a forma, visto que esta tem se modificado de maneira recorrente por dois aspectos em particular: a) aumento do número de arranjos domiciliares organizados em função de separações, número de filhos que passam a viver em seu próprio domicílio, ou número de idosos que cada vez menos se agregam a outros núcleos familiares durante o envelhecimento; b) queda acentuada da fecundidade, tornando menor a quantidade de pessoas disponíveis na população para ocuparem a posição de filho nos arranjos.

- O Brasil poderá alcançar na década de 2010, o cenário da década de 1990 de outros países sulamericanos, dependendo da capacidade deste de aumentar a educação de jovens e adultos a curto prazo;

Este fato - eliminação do atraso educacional - ajudaria a reduzir em 15% o crescimento populacional, em 20% a mortalidade e a educação futura em 20%. Neste sentido pode-se concluir que o não investimento em educação no Brasil, tem sido a principal causa de um baixo desempenho no crescimento econômico, sendo este 15 a 30% menor do que o esperado.

- Alcançou-se nas últimas décadas no Brasil, uma cobertura previdenciária excepcional entre os idosos. Isso se deve em grande parte a dois programas implantados, o de seguridade social e de previdência rural, ofertando 7 milhões de benefícios (por idade, viuvez e invalidez) e a assistência social ofertando 2,1 milhões de benefícios. O impacto dos dois programas na



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Universidade Federal de Viçosa

redução da pobreza foi grande. Entretanto o uso do salário mínimo como parâmetro para definir aposentadorias e pensões não deve ser considerada a forma mais acertada, no entanto qualquer sinalização de rever tal proposta é de difícil debate tanto na sociedade quanto no Congresso Nacional.

No entanto importante se faz dizer que patrimonialismo, assistencialismo e o clientelismo são vícios conhecidos que afetam as políticas públicas deixando a falsa impressão de que assistência social é igual seguridade social. As políticas sociais precisam levar em consideração as alterações das estruturas econômicas e produtiva do país, assim como seus impactos nas condições de trabalho. Por isso é importante se considerar os diagnósticos e as recomendações das principais agências multilaterais atuantes na América Latina (CEPAL, FMI, BID, PNUD, entre outras) para que os desenhos de políticas, sejam elas públicas ou sociais, possam ser mais efetivos para alcançar as metas e reduzir ou eliminar os problemas evidenciados pelos diagnósticos estruturados.

Como pode ser observado pelos dados das referidas pesquisas, pouco pode ser usado para analisar os serviços públicos e as políticas públicas voltadas para o idoso, no que se refere a manutenção e ampliação da autonomia para este estrato social. Este fato reforça a hipótese de que a ausência destes serviços está gerando uma maior dependência do idoso de sua família, e este por sua vez, com arranjos domiciliares cada vez mais incompatíveis para atender o aumento pela demanda de cuidado/assistência por parte do idoso.

Diante destes fatos necessita-se reforçar a necessidade de ampliar o conhecimento científico e da sociedade sobre os serviços comunitários disponíveis e a serem disponibilizados para o idoso e ampliar as estratégias utilizadas para o desenvolvimento de políticas sociais direcionadas ao apoio do idoso e de sua família.

Na temática 6 do estudo em questão, “condições físicas e administrativas das instituições asilares”, apenas uma pesquisa foi identificada no IPEA sendo esta do ano de 2009, considerando o banco de dados consultado que foi o Texto para Discussão, cuja abordagem foi o aspecto do “cuidado de longa duração”.

O referido estudo apresentou as seguintes conclusões considerando a realidade estudada:

- No Brasil em 2000 existiam, 107 mil idosos institucionalizados, representando 0.8% da população idosa no período;

- Um terço dos idosos institucionalizados não possuíam condições físicas ou de geração de renda, que lhes permitissem viver de forma autônoma e independente;

- O custo do cuidado de longa duração a idosos é alto, como colocam os dados internacionais. Nos países em desenvolvimento o financiamento desse “novo” risco social é agravado pelas condições socioeconômicas adversas;

- Experiências internacionais para o cuidado não se adequam à realidade brasileira, principalmente a norte americana, que envolve o cuidado sendo disponibilizado pelo mercado, pois no Brasil um terço desta população vive em condição de pobreza, estando alijada de buscar este cuidado no mercado.

Por fim discutem a crise no cuidado relacionando-a a seguridade social no Brasil, colocando que: precisa-se rever o sistema de seguridade social no Brasil à luz das tendências



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Universidade Federal de Viçosa

demográficas, sociais e econômicas que se vislumbram para os próximos 20 ou 30 anos. As informações advindas deste diagnóstico, poderia responder questões emergentes e sugerir ações voltadas para o cuidado de longa duração, aspecto este apresentado como demanda para o novo perfil da sociedade brasileira, sociedade que está envelhecendo sem ter à sua disposição políticas sociais e aporte na comunidade, capazes de garantir o cuidado esperado, principalmente para os muito velhos.

Como mencionado no estudo de Alfonso et al. (2009, apud CRUZ-JENTOFT et al, 2009), apresentado à Revista *European Journal Ageing*, na seção *Critical Positions in Aging Research*, sobre a questão de cuidados informais prestados ao idoso que, o cuidado informal ao idoso tem um papel importante na promoção da saúde, e que este cuidador, está em vias de acabar em muitos países da Europa, em função destes estarem pouco preparados para cuidar de idosos dependentes ou debilitados. Neste sentido os pesquisadores mencionam que:

Measures to improve public and government appreciation of the immense unpaid work performed by informal caregivers should be developed. Support, training, and incentives (including financial incentives) should be offered to informal caregivers, based on the needs expressed by themselves through their organizations, and the insights offered by social and clinical gerontology. (Alfonso et al., 2009, p.54, apud CRUZ-JENTOFT et al, 2009).

O aspecto acima mencionado reforça a ideia de que preparar a família e a sociedade é essencial para garantir qualidade de vida no processo de envelhecimento. Além de aporte financeiro, como muitas pesquisas tem evidenciado como essenciais a este apoio, percebe-se urgente instituir papéis/funções dentro das políticas públicas e sociais existentes e a serem instituídas para o idoso, para garantir que estas funcionem de forma mais efetiva garantindo eficácia, como consequência, na melhoria e manutenção da Qualidade de Vida dos idosos no âmbito familiar e em sociedade.

4. Considerações Finais

Os dados apresentados pelo IPEA, considerando o banco de dados “Texto para Discussão”, se colocaram de forma geral pouco direcionados a discutir a temática envelhecimento populacional e idoso.

Embora as pesquisas falem da mulher, renda, políticas públicas de uma maneira ampla, considerando a importância de se discutir estas variáveis para um universo populacional e não a um estrato ou segmento denominado idoso. No entanto os dados apresentados pelas mesmas oferecem um bom diagnóstico para o desenho de políticas sociais pois eles evidenciam o *status quo* destas variáveis na sociedade brasileira e por conseguinte as consequências do não investimento nestes aspectos frágeis - identificados nas pesquisas - para o futuro desta mesma sociedade.

Os poucos estudos existentes sobre serviços comunitários, instituições asilares evidenciaram a necessidade de se buscar conhecimentos sobre estes aspectos quando se



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Universidade Federal de Viçosa

objetiva estruturar melhores condições de acesso e de uso destes serviços, para garantir e ampliar as possibilidades de envelhecimento com autonomia.

Neste sentido espera-se que os dados existentes no IPEA possam subsidiar estudos direcionados para esta questão, assim como outros estudos sejam desenvolvidos para responder, de forma mais direta, questões ainda latentes e outras já evidenciadas sobre o envelhecimento populacional e o idoso no Brasil.

Sabe-se que o processo de envelhecimento no Brasil ganhará proporções semelhantes a países da Europa, América do Norte e superará expectativas previstas em termos de América Latina. Considerando este perfil, há muito já se faz necessário que haja planejamento para um desenvolvimento social mais compatível com um modelo de bem-estar social e qualidade de vida esperada. No entanto pouco se fez, pelo muito que se precisa, para este planejamento. E acredita-se que, um passo acertado seria a utilização dos dados já existentes seja no IPEA quanto em outros banco de dados, para encurtar o prazo das ações que se fazem urgentes, como exemplo citamos a estruturação de políticas sociais para a população de idosos, considerando suas particularidades e anseios.

Referências

BALLESTEROS, R.F.; FRENCH, P.A.; HOFER, S.M.; PARK, D.C.; PINQUART, M.; SILBEREISEN, R.K.; STAUDINGER, U.M.; WAHL, H.; WHITFIELD, K.E. (2009). Berlin declaration on the quality of life older adults: closing the gap between scientific knowledge and intervention. **European Journal of Ageing**, 6: 49-50.

CAMARANO, A.A. et al. (2004). **Os novos idosos brasileiros, muito além dos 60?** Org. Camarano, A.A. IPEA: Rio de Janeiro, 587p.

CAMARANO, A.A. et al. (2007). **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos – Região Norte.** Org. Camarano, A.A. IPEA: Brasília, 222p.

CAMARANO, A.A. et al. (2008). **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos – Região Centro-Oeste.** Org. Camarano, A.A. IPEA: Brasília, 158p.

CAMARANO, A.A. et al. (2008). **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos – Região Nordeste.** Org. Camarano, A.A. IPEA: Brasília, 348p.

CAMARANO, A.A. et al. (2008). **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos – Região Sul.** Org. Camarano, A.A. IPEA: Brasília, 138p.

CRUZ-JENTOFT, A.J.; FRANCO, A.; SOMMER, P.; BAEYENS, J.P.; JANKOWSKA, E.; MAGGI, A.; PONIKOWSKI, P.; RYS, A.; SZCZERBINSKA, K.; MILEWICZ, A. (2009). European silver paper on the future of health promotion and preventive actions, basic research, and clinical aspects of age-related disease. **European Journal of Ageing**, 6: 51-57.

DE KOKER, B. (2009). Socio-demographic determinants of informal caregiving: co-resident versus extra-resident care. **European Journal of Ageing**, 6: 3-15.



Envelhecimento: Como pensar o trabalho, a sociedade e as cidades?

VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho
III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia
VIII SIMPOPET Simpósio do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica

18 de julho de 2013 Auditório da Biblioteca Central

Universidade Federal de Viçosa

HANSEN, E.B.; CHRISTENSEN, V.T.; HEINESEN, E. (2009). The effect of home care on the ability to perform the activities of daily living and the well-being of older people. **European Journal of Ageing**, 6: 17-26.

IPEA 46 anos. **O Brasil em 4 décadas**. (2010). Org. Oliveira, C.P. IPEA: Brasília, 104 p.

MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão (2010). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Relatório Nacional de Acompanhamento**, Brasília: IPEA, 184p.

MULHERES são mais chefes de família na classe C, diz Ibope. (2010). Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+brasil,mulheres-sao-mas-chefes-de-familia-na-classe-c--dz-bope,not_37854,o.htm>. Acesso em: 9 setembro 2010.

NO BRASIL, erradicar o analfabetismo é tarefa da natureza, não da educação. (2010). Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/no-brasil-erradicar-o-analfabetismo-e-tarefa-da-natureza>>. Acesso em: 9 setembro 2010.

OBJETIVOS de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1235&Itemid=68>. Acesso em: 20 outubro 2010.

POPULAÇÃO brasileira deve atingir 206,8 milhões em 2030, diz levantamento. (2010). Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?url=http%3A%2F%2Fwww.folha.uol.com.br%2Fcotidiano>>. Acesso em: 13 outubro 2010.

ROSTAD, B.; DEEG, D.J.H.; SCHEI, B. (2009). Socioeconomic inequalities in health in older women. **European Journal of Ageing**, 6: 39-47.

SOBRE o IPEA – Quem Somos. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68>. Acesso em : 20 outubro 2010.